

Intervenção
do Secretário de Estado dos Assuntos Europeus,
Pedro Lourtie,
na audição da Assembleia da República sobre o
Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia
Lisboa, 26 de Maio de 2010

(Só o texto pronunciado faz fé)

Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus,
Senhores deputados à Assembleia da República e ao Parlamento Europeu,
Senhores deputados às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira,
Senhor Director-Geral do Gabinete de Conselheiros Políticos da Comissão Europeia, Jean-Claude Thébault,
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Quero começar por agradecer o convite da Assembleia da República para participar nesta audição sobre o Programa Legislativo e de Trabalho da Comissão Europeia para 2010.

Este é o primeiro Programa de Trabalho da Comissão Europeia após a entrada em vigor do Tratado Lisboa. E é igualmente o primeiro programa de trabalho da actual Comissão, sendo, também nessa medida, um programa que marca o “tom” do novo executivo comunitário, das suas orientações e prioridades.

A aposta em iniciativas estratégicas; a aposta na capacidade de responder e de agir em comum, internamente e no mundo; a aposta numa agenda de cidadania; e a aposta num papel forte da Comissão Europeia, são, em traços gerais, as direcções que se retiram deste programa de trabalho e que merecem o apoio do governo português.

Mas este programa é obviamente marcado pelo momento que vivemos no Mundo e, em particular, na Europa.

O facto de nos encontrarmos num momento particular de profunda crise económica e financeira e de crise da zona euro, põe à prova a capacidade de actuação da União, das suas instituições e dos seus Estados-membros.

A verdade é que a Europa está hoje confrontada com a maior crise económica e financeira da sua história e que exige da União uma resposta sem precedentes.

Devemos recordar a cronologia desta crise. Uma crise que começou por ser financeira, e onde a acção conjunta da União Europeia foi, então, fundamental para se evitar uma depressão económica, implicando decisões concertadas de disponibilizar crédito e pacotes de estímulo à actividade económica.

Mas se o impacto da crise financeira internacional já havia demonstrado as fragilidades do sector financeiro, colocando a necessidade de reformas do sector financeiro na agenda da comunidade internacional, a recente crise na zona euro pôs em

evidência as fragilidades dos mecanismos de coordenação económica na União e fez sobressair a interdependência das economias, sobretudo na zona euro.

Há lições claras a retirar desta crise:

- (i) Em primeiro lugar, é necessário reconhecer a fragilidade institucional da zona euro e reforçar a sua governação;
- (ii) Em segundo, é indispensável maior coordenação das políticas económicas;
- (iii) E em terceiro, é urgente uma resposta coordenada a nível europeu, devendo essa resposta assegurar a coesão da União e da zona euro, sendo centrais os elementos de responsabilidade e de solidariedade.

Foi retirando as lições da crise que a Comissão apresentou no passado dia 12 de Maio uma Comunicação sobre o reforço da coordenação das políticas económicas.

A comunicação da COM inclui propostas no domínio da governação da zona euro e do reforço das regras do Pacto de Estabilidade e Crescimento, propondo alargar e reforçar a supervisão económica e a coordenação das políticas na área do euro, dando especial atenção à evolução da competitividade.

Esta comunicação abre também caminho à criação de um mecanismo permanente de resolução de crises para os países da zona euro com o objectivo de assegurar a estabilidade e a integridade da zona euro.

O governo português considera que estas propostas são importantes e tem apoiado os trabalhos no sentido apontado.

Na mesma linha, a *task force* presidida pelo Presidente Van Rompuy, que reuniu pela primeira vez na passada sexta-feira, apontou para a necessidade: (i) do reforço do PEC; (ii) da redução das divergências em termos de competitividade, em particular na zona euro; (iii) de um mecanismo efectivo de resposta a crises; (iv) e do reforço da governação económica.

Mas para além do reforço dos mecanismos internos à zona euro, a actual crise veio também dar maior urgência às reformas já em curso nos domínios da regulação e da supervisão das instituições financeiras.

Na realidade, as reacções dos mercados financeiros e os movimentos especulativos amplificaram os efeitos da crise na zona euro de forma injustificada, impondo-se acelerar as reformas do sector financeiro, a nível da UE e internacional.

Aguardamos com expectativa os resultados dos trabalhos em curso na Comissão com vista à proposta de um quadro jurídico global que, por um lado, complemente as medidas de regulação e supervisão financeiras de forma a reduzir a probabilidade e a amplitude de futuras crises, e que, por outro, imponha uma partilha equilibrada de custos ao sistema financeiro na resolução de crises.

Mas a Europa precisa também de uma estratégia ambiciosa que crie as condições para uma saída sustentável da crise e que

garanta à economia europeia uma trajectória consistente de crescimento, de emprego e de coesão social.

A Estratégia Europa 2020 proporciona o enquadramento para este caminho, e o governo apoia a prioridade dada pela Comissão a esta Estratégia.

Estamos de acordo com as prioridades e os objectivos aprovados pelo Conselho Europeu da Primavera, que visam o desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo. Apoiamos igualmente as cinco áreas prioritárias propostas pela Comissão, que devem constituir a referência para a intervenção comunitária até 2020, e que esperamos sejam confirmadas no Conselho Europeu de Junho, tendo Portugal encetado já o trabalho de definição das metas nacionais.

Neste contexto, Portugal deve fixar os seus objectivos com realismo e ambição e não perder a oportunidade para até 2020 recuperar os atrasos estruturais que subsistem relativamente à média europeia ao nível dos indicadores fundamentais da Estratégia 2020, continuando e reforçando o importante trabalho que tem sido feito e prosseguindo a evolução estrutural positiva que se tem verificado nos principais objectivos apontados, em I&D, educação, energia e clima, emprego, inclusão social e pobreza.

No âmbito da UE 2020, a Comissão anunciou igualmente várias “iniciativas emblemáticas”. O governo português já anunciou estar particularmente interessado nas acções que visam uma utilização eficiente dos recursos e promovam a reconstituição do tecido

industrial europeu, sobretudo nas áreas das energias renováveis e da mobilidade eléctrica, onde Portugal tem vindo a adquirir posição de liderança.

Mas o sucesso desta estratégia depende também de uma governação reforçada. O processo tem que ser dirigido politicamente, com responsabilização política sobre os resultados, concordando o governo que o Conselho Europeu assuma um papel-chave em termos de definição estratégica e orientação política.

Finalmente, consideramos também indispensável valorizar a dimensão externa da Estratégia.

Devemos promover uma efectiva abertura de mercados, a nível global e a nível bilateral, assegurando benefícios recíprocos e a aproximação dos quadros regulamentares. Estas são condições essenciais para o reforço da base industrial e da competitividade da Europa.

Gostaria ainda de fazer uma referência específica à situação das Regiões Ultraperiféricas.

O sucesso da implementação da Estratégia Europa 2020 depende também, e de forma determinante, do envolvimento das regiões. Há, por isso, que acordar na necessidade de uma estratégia renovada, capaz de dar resposta aos novos desafios e que simultaneamente tire partido das potencialidades e das vantagens comparativas das regiões sem subestimar as suas dificuldades estruturais permanentes.

As RUP e os EM tiveram a iniciativa de elaborar memorandos, em Outubro de 2009 e Maio de 2010, dirigidos à Comissão e circulados por todos os Estados membros. Amanhã mesmo, realizar-se-á em Bruxelas o 1º Fórum da Ultraperiferia, organizado em conjunto pela Comissão e pela Presidência espanhola e no qual terei o prazer de participar. Será mais uma oportunidade para solicitar à COM que tenha a realidade das RUP em devida conta no quadro da revisão das políticas comunitárias, e que seja efectuada, de forma sistemática, a análise do impacto das políticas da UE naquelas regiões.

Para além dos desafios internos, a Europa enfrenta desafios externos correctamente identificados no Programa de Trabalho da Comissão Europeia.

Um dos objectivos do Tratado de Lisboa é dotar a União de instrumentos que permitam aumentar, em coerência e eficácia, a sua capacidade de acção e de influência no mundo. Mas é preciso traduzir rapidamente estes objectivos em realidade.

A Europa tem pela frente negociações importantes, que exigem uma actuação determinada e coordenada da União.

A Cimeira do G20, no Canadá, desenrolar-se-á sob o signo da crise económica e financeira e a União deverá de ser capaz, no seu próprio interesse, de demonstrar aos seus parceiros internacionais a importância em se progredir na área da regulação e da supervisão financeiras.

A União deverá também ser capaz de demonstrar que a Cimeira de Copenhaga foi o início de um caminho para um acordo arangente e vinculativo de combate às alterações climáticas.

E ao nível do comércio internacional, onde o governo defende que a União deverá pugnar por uma postura de abertura à liberalização do comércio internacional – e à conclusão da Ronda de Doha – mas defendendo também o princípio da reciprocidade. Todos temos a ganhar com comércio internacional livre e justo.

Finalmente, há que ter em conta que a intervenção da União Europeia nas vários *fora* e negociações internacionais será marcada pela entrada em funcionamento do Serviço Europeu para a Acção Externa.

É importante que a União actue no mundo de forma estratégica, sendo a rápida criação do Serviço Europeu para a Acção Externa, neste contexto, particularmente relevante.

Portugal aposta num Serviço forte, capaz de projectar e defender os interesses da União no mundo. Esperamos, por isso, que o actual diálogo com o Parlamento Europeu – onde uma maioria clara partilha da defesa de um Serviço ambicioso – conduza rapidamente a um resultado que satisfaça todas as partes.

Por fim, quero-me referir muito em particular à iniciativa de cidadania europeia. O governo português tem defendido a importância desta iniciativa, como um dos elementos inovadores do

Tratado de Lisboa, que poderá ser um importante instrumento de aproximação dos cidadãos à Europa e de participação no debate europeu.

É, por isso, importante implementar rapidamente esta iniciativa, e desejamos e contribuiremos para que seja possível chegar a acordo no próximo mês de Junho quanto à regulamentação da “iniciativa de cidadania europeia”.

Minhas senhoras e meus senhores,

O programa de Trabalhos da Comissão merece, na sua globalidade, o apoio do governo português. É um programa adaptado à realidade do momento que vivemos e que identifica correctamente os caminhos a percorrer.

Mas é também o primeiro programa de um novo ciclo da União Europeia, onde seremos chamados a responder, em conjunto, a desafios de longo prazo e que irão definir a identidade do projecto europeu nos próximos anos. Estes desafios estão identificados: o desafio demográfico, o desafio económico e a sustentabilidade ambiental.

Irão definir a identidade do projecto europeu e também, digo-o claramente, a capacidade da Europa em dar um salto qualitativo no processo de integração, focado na resolução solidária desses desafios que todos partilhamos.

Obrigado.